

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.580.439 - RJ (2019/0269090-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : A. P. MOLLER
REPR. POR : MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA
ADVOGADOS : SILVIO DARCI DA SILVA - RJ045265
MARCELO MUNIZ NASCIMENTO JÚNIOR - RJ197600
AGRAVADO : COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : FLAVIA COUFAL RAED - RJ158361
NINA MANELA TUCHERMAN - RJ140288

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por A. P. MOLLER contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ASTREINTES. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA.

1. Astreinte é a penalidade imposta ao devedor, consistente em multa fixada pelo Juízo, relativa à obrigação de fazer ou de não fazer. Tem por finalidade coibi-lo a cumprir o determinado em decisão judicial ou outro título executivo, conforme previsto no artigo 814 do Código de Processo Civil.

2. A agravada deixou de cumprir a obrigação de devolver o contêiner de propriedade da agravante, fixando-se, inicialmente, multa diária pelo descumprimento em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), posteriormente reduzida nesta instância recursal a R\$ 1.000,00 (mil reais).

3. A demora no cumprimento da referida obrigação de fazer importou em vultosa penalidade pecuniária, que, de fato, deve ser atualizada monetariamente a contar da redução até o efetivo pagamento, como ocorre com o dano moral, porém a incidência de juros de mora, conforme postula a recorrente, representaria bis in idem, vedado pelo ordenamento jurídico. Precedentes do STJ e do TJRJ.

4. Agravo parcialmente provido" (fl. 55, e-STJ).

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 71, e-STJ).

No recurso especial, a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 337, 357, 389 e 407 do Código Civil, pois incidem juros de mora e correção monetária sobre o valor da astreintes.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 216-221 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Com efeito, o tribunal estadual dirimiu a controvérsia em sintonia com a orientação desta Corte.

A saber:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AGRAVANTE.

1. Não ficou caracterizada a violação do artigo 1.022 do CPC, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia, e a omissão alegada não possui o condão de alterar a conclusão do órgão colegiado. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza vício de fundamentação.

Precedentes.

2. A multa diária aplicada pelo descumprimento da ordem judicial não pode ser acrescida de juros moratórios por configurar evidente bis in idem. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido"

(AgInt no REsp 1.716.174/RO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 21/11/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. DESCUMPRIMENTO. ASTREINTES. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA. VALOR. EXORBITÂNCIA RECONHECIDA. JUROS DE MORA. NÃO INCIDÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO ARBITRAMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. A Segunda Seção do STJ, no julgamento de recurso especial processado nos moldes do art. 543-C do CPC/1973, firmou entendimento de que 'a decisão que comina astreintes não preclui, não fazendo tampouco coisa julgada' (REsp n. 1.333.988/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado em 9/4/2014, DJe 11/4/2014).

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da multa cominatória arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, a quantia estabelecida pelo Tribunal de origem, relativa à multa diária, mostrou-se excessiva, a justificar a reavaliação, em recurso especial, do montante fixado.

4. Não incidem juros de mora sobre multa cominatória decorrente de sentença judicial impositiva de obrigação de fazer, por configurar

Superior Tribunal de Justiça

evidente bis in idem. Precedentes.

5. "O termo inicial de incidência da correção monetária sobre a multa do § 4º do art. 461 do CPC deve ser a data do respectivo arbitramento, como ocorre nas hipóteses de dano moral (Súm.

362/STJ)" (EREsp n. 1.492.947/SP, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/6/2017, DJe 30/6/2017).

6. Agravo interno a que se nega provimento"

(AgInt nos EDcl no REsp 1.355.408/AL, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 21/11/2017).

Incide, na espécie, a Súmula nº 83/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator